



# Prefeitura Municipal de Morro Agudo

Estado de São Paulo

## TERMO DE FOMENTO

**TERMO DE FOMENTO nº 006/2022.**

**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 009/2022**

Parceria que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Morro Agudo/SP e o Núcleo Assistencial André Luiz – Morro Agudo/SP, com a finalidade de atender pessoas com necessidades especiais no Município de Morro Agudo SP.

Pelo presente instrumento, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO/SP**, inscrita no CNPJ 45.345.899/0001-12, estabelecida nesta cidade, na Praça Martinico Prado, 1626, Bairro Centro, representada por **VINICIUS CRUZ DE CASTRO**, prefeito municipal, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 29.376.576-5, e do cadastro nacional das pessoas físicas – CPF nº 260.501.588-27 doravante denominada **CONCEDENTE**, e do outro o **NÚCLEO ASSISTENCIAL ANDRÉ LUIZ – MORRO AGUDO/SP-**, inscrita no CNPJ nº. 01.239.962/0001-60, estabelecida nesta cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Gonçalves Rosa nº. 350, no Município de Morro Agudo, Estado de São Paulo, representada pela Senhora **SILVANA APARECIDA DA SILVEIRA**, presidente da Entidade, brasileiro, administradora, viúva, portador da cédula de identidade RG nº. 11.350.930-3 SSP/SP, e do cadastro de pessoas físicas CPF nº. 020.198.348-63, doravante denominada **PROPONENTE**, resolvem celebrar **TERMO DE FOMENTO**, que subordinará às regras, no que for aplicável, da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, na forma das cláusulas que seguem:

### **DO OBJETO**

**Cláusula primeira.** O presente Termo de Fomento tem por objetivo acolher pessoas com deficiências, em situação de risco e vulnerabilidade social.

### **DA GESTÃO**

**Cláusula segunda.** São representantes em relação ao objeto:

a) Dirigente responsável pela PROPONENTE:

**SILVANA APARECIDA DA SILVEIRA**, presidente da Entidade, brasileiro, administradora, viúva, portador da cédula de identidade RG nº. 11.350.930-3 SSP/SP, e do cadastro de pessoas físicas CPF nº. 020.198.348-63, se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria, nos termos do art. 37 de lei 13.019 de 31 de julho de 2014.



# Prefeitura Municipal de Morro Agudo

Estado de São Paulo

**b) Gestor responsável pela CONCEDENTE: PORTARIA Nº 9.195, DE 16 DE JULHO DE 2019:**

*“Designa os gestores das parcerias celebradas por meio de termo de Fomento, termo de fomento ou acordo de cooperação entre a Prefeitura Municipal de Morro Agudo e as Organizações da Sociedade Civil e dá outras providências.”*

## **DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS**

**Cláusula terceira. São obrigações:**

**Subcláusula primeira. Da CONCEDENTE:**

- a) Fornecer os recursos para a execução deste objeto;
- b) Prorrogar a parceria de ofício, quando houver atraso na liberação dos recursos ou dos serviços, limitada prorrogação ao exato período do atraso;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- d) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
  - e) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto, e submeter à homologação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que deverá conter no mínimo:
    - 1) A forma sumária das atividades e metas estabelecidas;
    - 2) As atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
    - 3) Os valores efetivamente transferidos pela Administração Pública e valores comprovadamente utilizados;
    - 4) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas;
    - 5) Análise das auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
  - f) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014;
  - g) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;



# Prefeitura Municipal de Morro Agudo

Estado de São Paulo

h) Cumprir com os prazos previstos para a Prestação de Contas;

i) Exigir da entidade parceira a prestação de contas conforme determina a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, e demais exigências da Administração, caso houver, e do respectivo Tribunal de Contas;

j) Realizar pesquisa de satisfação das parcerias sempre que necessário.

**Subcláusula segunda.** São obrigações do (a) PROPONENTE:

a) Responsabilizar-se pela execução do objeto;

b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

c) Manter os recursos aplicados no mercado aberto em poupança ou aplicação financeira, cujo rendimento seja no mínimo de poupança quando os recursos forem utilizados em prazo inferior a 30 (trinta) dias, e em caderneta de poupança quando não utilizados no prazo superior as 30 (trinta) dias;

d) Efetuar os pagamentos somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos;

e) Quando autorizado, pagar despesas em espécie;

f) Fazer a restituição do saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, exceto se autorizado reprogramar;

g) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica citada neste instrumento;

h) Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo controle interno e dos membros da comissão de monitoramento e avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;

i) Transferir e permitir a CONCEDENTE a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

j) Se responsabilizar exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

k) Se responsabilizar exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do termo de Fomento, manter as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

l) Prestar contas no prazo mensal até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao repasse, não superior a 90 dias, segundo a Lei 13.019/2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos



# Prefeitura Municipal de Morro Agudo

Estado de São Paulo

**Subcláusula única.** Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste instrumento.

## DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

**Cláusula sexta.** O valor total da parceria é de R\$ 374.400,00 (trezentos e setenta e quatro mil e quatrocentos reais), sendo o repasse previsto pela CONCEDENTE de R\$ 374.400,00 (trezentos e setenta e quatro mil e quatrocentos reais), com cronograma mensal de desembolso a fração de 1/12 avos do montante da parceria.

## DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

**Subcláusula segunda.** Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, no do Banco do Brasil, Agência nº. 2328-0, Conta Corrente nº. 109.872.1, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

## DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**Cláusula sétima.** O referido objeto será executado mediante a previsão orçamentária na seguinte forma:

## DO EMPENHO

**Subcláusula primeira.** A referida despesa correrá por conta da Coordenação do Fundo Municipal de Assistência Social – Proteção Especial - Fonte de Recursos da Secretaria Municipal de Cidadania, elemento de despesa 3.3.50.39.00 – Subvenções Sociais, Ficha nº 118

## DA SUPLEMENTAÇÃO

**Subcláusula segunda** – A CONCEDENTE declara que, caso houver termos aditivos a este instrumento, indicar-se-ão a este os créditos e empenhos para sua cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

## DO CONTINGENCIAMENTO

**Subcláusula terceira.** As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento das metas



# Prefeitura Municipal de Morro Agudo

Estado de São Paulo

segundo a LRF, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

## DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Cláusula oitava.** A prestação de contas deverá ser efetuada de forma parcial e integral, na seguinte forma:

Parcial: até 30 (trinta) dias após o repasse de cada parcela, e;

Integral: até (definir prazo não superior a 90 dias) do encerramento da vigência desta parceria.

## DA VIGÊNCIA

**Cláusula nona.** Este Instrumento tem sua vigência de 01/01/2022 até 31/12/2022, contados a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado a critério da PROPONENTE, desde que autorizado, e somente quando justificada as razões.

## DA PROROGAÇÃO

**Subcláusula única.** A prorrogação dar-se-á de ofício com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, motivado pela PROPONENTE, protocolado junto a Unidade gestor da CONCEDENTE.

## DA RESCISÃO

**Cláusula décima.** A rescisão do objeto poderá ser motivada pelas partes nos limites previstos.

## DA RESCISÃO SEM ÔNUS

**Subcláusula primeira.** Qualquer parte tem faculdade para rescindir esta parceria, sem ônus, limitada a responsabilidade a execução do objeto parcial, desde que comunicado ex-ofício com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, quando das seguintes razões:

a) Acordado entre as partes, desde que as etapas e metas proporcionais ao objeto, tenham sido plenamente realizadas e, prestado contas até o montante do repasse realizado;

b) Se houver atrasos nos repasses (definir um prazo) que comprometam a execução do objeto;

c) Em casos fortuitos, tais como guerra, tempestades, inundações e incêndio, que possa interferir diretamente na execução do objeto, comprovado com laudo de vistoria pelo CONCEDENTE ou por Órgãos oficiais.



# Prefeitura Municipal de Morro Agudo

Estado de São Paulo

## DA RESCISÃO COM ÔNUS

**Subcláusula segunda.** Ocorrendo descumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste instrumento, o mesmo poderá ser rescindido ex-offício pela CONCEDENTE, interrompido os repasses para que até 30 (trinta) dias seja apresentada defesa, e ainda nos casos em que a PROPONENTE:

a) No curso desta parceria, possa ter sido declarada omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com uma das três esferas de governo, inclusive com a administração indireta;

b) Indicar como dirigente, durante a vigência do termo de Fomento, membro do Ministério Público ou agente público de Órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

c) Ter julgadas irregulares prestações de contas dos últimos 5 (cinco) anos, pela Administração Pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal, no curso desta parceria;

d) Não ter sanado em tempo hábil as irregularidades que motivaram a rejeição de contas, e não forem quitados os débitos que lhes foram eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão, das contas julgadas irregulares, pela Administração Pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal, no curso desta parceria;

e) Receber, durante a vigência desta parceria, punição de suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, e ou ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público;

f) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas às parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

g) Tenha entre seus dirigentes pessoa julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

h) Tenha dirigentes suspensos dos direitos políticos de três a dez anos, conforme o caso, e proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três a dez anos, conforme o caso.

## DA PUBLICAÇÃO

**Cláusula décima primeira.** O extrato do presente termo de Fomento será publicado na (informe a imprensa), no prazo máximo de 5 (cinco) dias, cumprindo o disposto no art. 38 da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014.



# Prefeitura Municipal de Morro Agudo

Estado de São Paulo

## DOS ANEXOS

**Cláusula décima segunda.** Faz parte integrante, anexo, e indissociável deste Instrumento:

- a) Plano de Trabalho, na forma do Art. 22 da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014;
- b) Roteiro e anexos para a prestação de contas.

## DO FORO

**Cláusula décima terceira.** As partes elegem o foro da comarca de Morro Agudo/SP para esclarecer dúvidas de interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

## DISPOSIÇÃO FINAL

**Cláusula décima quarta.** E por estarem acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Morro Agudo, 23 de Fevereiro de 2022.

VINICIUS CRUZ DE CASTRO  
PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA APARECIDA DA SILVEIRA  
PRESIDENTE

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA